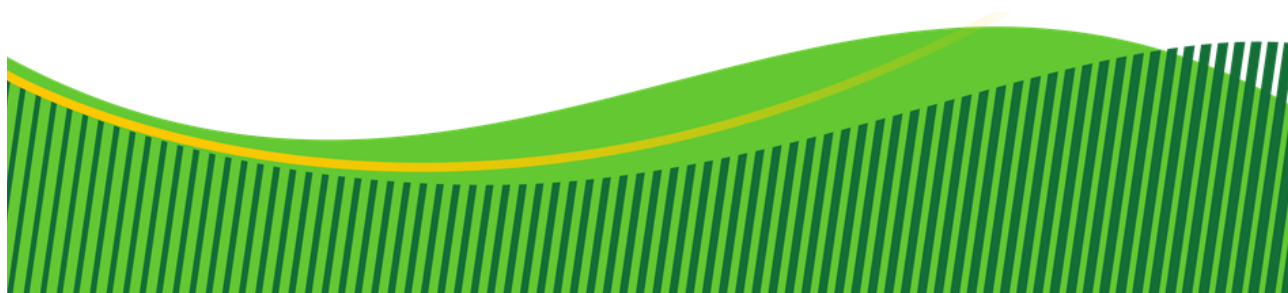


# Relatório Anual 2017

## Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento de Campo Grande e Região - Sicredi Campo Grande MS

Diretoria Executiva de Administração  
Superintendência de Controladoria  
Gerência Contábil





Centro Empresarial Mostardeiro  
Av. Mostardeiro, 322  
10º andar – Moinhos de Vento  
90430-000 – Porto Alegre, RS, Brasil

Tel: +55 51 3204-5500  
Fax: +55 51 3204-5699  
www.ey.com

## RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos

Administradores e Associados da

**Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento de Campo Grande e Região - Sicredi Campo Grande MS**

Campo Grande - MS

### Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento de Campo Grande e Região - Sicredi Campo Grande MS ("Cooperativa"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2017, e as respectivas demonstrações de sobras ou perdas, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento de Campo Grande e Região - Sicredi Campo Grande MS em 31 de dezembro de 2017, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil - BACEN.

### Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Cooperativa, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

### Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A administração é responsável por essas outras informações que compreendem o relatório da administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o relatório da administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o relatório da administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no relatório da administração somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

### Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo BACEN e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Cooperativa continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras a não ser que a administração pretenda liquidar a Cooperativa ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Cooperativa são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

### Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada, de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada, de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejamos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Cooperativa.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Cooperativa. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Cooperativa a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Porto Alegre, 28 de fevereiro de 2018

ERNST & YOUNG  
Auditores Independentes S.S.  
CRC – 28P015199/O-8



Dario Ramos da Cunha  
Contador CRC – 1SP214144/O-1

## **RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO**

Ao findarmos mais um exercício prestamos contas aos senhores associados dos resultados obtidos. Em cumprimento aos dispositivos legais e ao estatuto social, divulgamos as Demonstrações Financeiras da Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento de Campo Grande e Região - Sicredi Campo Grande MS, relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017.

Seguindo os principais balizadores do cooperativismo, em especial a “transparência na gestão”, esclarecemos aos nossos associados a situação econômico-financeira e patrimonial da Cooperativa, onde buscamos voltar o nosso trabalho para o crescimento e expansão.

Conselho de Administração e Diretoria

**BALANÇOS PATRIMONIAIS**  
(Em milhares de Reais)

Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento de Campo Grande e Região - Sicredi Campo Grande MS  
CNPJ/MF nº 03.042.597/0001-25

ATIVO	31/12/2017	31/12/2016	PASSIVO	31/12/2017	31/12/2016
<b>CIRCULANTE</b>	<b>431.780</b>	<b>310.574</b>	<b>CIRCULANTE</b>	<b>206.110</b>	<b>142.475</b>
DISPONIBILIDADES (NOTA 04)	6.915	8.125	DEPÓSITOS (NOTA 11)	79.457	59.994
APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ (NOTA 05)	9.204	-	Depósitos à Vista	75.947	52.781
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	9.204	-	Depósitos a Prazo	3.510	7.213
RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS	202.499	145.174	RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS	98.593	59.766
Pagamentos e Recebimentos a Liquidar	4	4	Recebimentos e Pagamentos a Liquidar	16	-
Depósitos no Banco Central	-	180	Repases Interfinanceiros (NOTA 12)	98.577	59.766
Correspondentes no país	440	657	RELAÇÕES INTERDEPENDÊNCIAS	1.215	679
Centralização Financeira - Cooperativas (NOTA 04)	202.055	144.333	Recursos em Trânsito de Terceiros	1.215	679
OPERAÇÕES DE CRÉDITO (NOTA 06)	194.179	144.328	OUTRAS OBRIGAÇÕES	26.845	22.036
Operações de Crédito	208.568	155.578	Cobrança e Arrecadação de Tributos	86	33
(Provisão Operações de Crédito de Liquidação Duvidosa)	(14.389)	(11.250)	Sociais e Estatutárias	1.371	1.006
OUTROS CRÉDITOS	17.515	12.088	Fiscais e Previdenciárias	711	790
Créditos por Avals e Fianças Honrados	12	29	Diversas (NOTA 13)	24.677	20.207
Rendas a Receber	521	533			
Diversos (NOTA 07)	17.264	11.693			
(Provisão para Outros Créditos de Liquidação Duvidosa)	(282)	(167)			
OUTROS VALORES E BENS	1.468	859			
Outros Valores e Bens	1.423	811			
(Provisão para desvalorização)	(8)	(8)			
Despesas Antecipadas (NOTA 08)	53	56			
<b>NÃO CIRCULANTE</b>	<b>78.625</b>	<b>54.228</b>	<b>NÃO CIRCULANTE</b>	<b>217.455</b>	<b>153.941</b>
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	78.625	54.228	EXIGÍVEL A LONGO PRAZO	217.455	153.941
APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ (NOTA 05)	451	77	DEPÓSITOS (NOTA 11)	195.336	149.153
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	451	77	Depósitos a Prazo	195.336	149.153
OPERAÇÕES DE CRÉDITO (NOTA 06)	57.931	39.563	RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS (NOTA 12)	22.119	4.788
Operações de Crédito	66.210	45.603	Repases Interfinanceiros	22.119	4.788
(Provisão Operações de Crédito de Liquidação Duvidosa)	(8.279)	(6.040)			
OUTROS CRÉDITOS (NOTA 07)	72	188			
Diversos	72	188			
OUTROS VALORES E BENS (NOTA 08)	12	19			
Despesas Antecipadas	12	19			
INVESTIMENTOS (NOTA 09)	7.861	7.453	<b>PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>	<b>86.840</b>	<b>68.386</b>
Outros Investimentos	7.861	7.453	<b>CAPITAL SOCIAL (NOTA 15)</b>	<b>50.535</b>	<b>42.437</b>
IMOBILIZADO DE USO (NOTA 10)	9.677	4.514	De Domiciliados no País	74.187	60.014
Imóveis de Uso	3	3	(Capital a Realizar)	(23.652)	(17.577)
Outras Imobilizações de Uso	12.556	7.734	RESERVAS DE SOBRAS	30.534	22.671
(Depreciação acumulada)	(2.882)	(3.223)			
INTANGÍVEL (NOTA 10)	2.621	2.414	SOBRAS OU PERDAS ACUMULADAS	5.771	3.278
Outros Ativos Intangíveis	4.967	4.149			
(Amortização acumulada)	(2.346)	(1.735)			
<b>TOTAL DO ATIVO</b>	<b>510.405</b>	<b>364.802</b>	<b>TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>	<b>510.405</b>	<b>364.802</b>

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras

**DEMONSTRAÇÃO DE SOBRAS OU PERDAS**  
(Em milhares de Reais)

Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento de Campo Grande e Região - Sicredi Campo Grande MS  
CNPJ/MF nº 03.042.597/0001-25

Descrição das contas	01/07/2017 a 31/12/2017 (Não Auditado)			01/01/2017 a 31/12/2017			01/01/2016 a 31/12/2016 (Reapresentado)		
	Ato Cooperativo	Ato Não Cooperativo	Total	Ato Cooperativo	Ato Não Cooperativo	Total	Ato Cooperativo	Ato Não Cooperativo	Total
<b>INGRESSOS E RECEITAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA</b>	<b>31.286</b>	-	<b>31.286</b>	<b>59.475</b>	-	<b>59.475</b>	<b>52.833</b>	<b>1</b>	<b>52.834</b>
Operações de Crédito	31.074	-	31.074	59.257	-	59.257	52.557	1	52.558
Resultado Títulos e Valores Mobiliários	215	-	215	222	-	222	276	-	276
Resultado com Instrumentos Financeiros Derivativos	(3)	-	(3)	(4)	-	(4)	-	-	-
<b>DISPÊNDIOS E DESPESAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA</b>	<b>(16.002)</b>	<b>(307)</b>	<b>(16.309)</b>	<b>(32.162)</b>	<b>(540)</b>	<b>(32.702)</b>	<b>(34.087)</b>	<b>(229)</b>	<b>(34.316)</b>
Operações de Captação no Mercado	(7.067)	(15)	(7.082)	(15.549)	(27)	(15.576)	(17.196)	(20)	(17.216)
Operações de Empréstimos e Repasses	(3.680)	(292)	(3.972)	(6.651)	(513)	(7.164)	(3.177)	(209)	(3.386)
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	(5.255)	-	(5.255)	(9.962)	-	(9.962)	(13.714)	-	(13.714)
<b>RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA</b>	<b>15.284</b>	<b>(307)</b>	<b>14.977</b>	<b>27.313</b>	<b>(540)</b>	<b>26.773</b>	<b>18.746</b>	<b>(228)</b>	<b>18.518</b>
<b>OUTROS INGRESSOS E RECEITAS/DISPÊNDIOS E DESPESAS OPERACIONAIS</b>	<b>(8.478)</b>	<b>1.169</b>	<b>(7.309)</b>	<b>(12.470)</b>	<b>2.443</b>	<b>(10.027)</b>	<b>(9.515)</b>	<b>2.294</b>	<b>(7.221)</b>
Ingressos e Receitas de Prestação de Serviços	2.555	3.528	6.083	4.711	6.702	11.413	2.850	5.030	7.880
Rendas de Tarifas Bancárias	3.921	-	3.921	7.521	-	7.521	6.210	-	6.210
Dispêndios e Despesas de Pessoal	(9.634)	(766)	(10.400)	(18.305)	(1.410)	(19.715)	(15.329)	(993)	(16.322)
Outros Dispêndios e Despesas Administrativas (Nota 18)	(7.164)	(994)	(8.158)	(13.501)	(1.869)	(15.370)	(11.369)	(1.366)	(12.735)
Dispêndios e Despesas Tributárias	(92)	(183)	(275)	(134)	(345)	(479)	(52)	(303)	(355)
Outros Ingressos e Receitas Operacionais (Nota 19)	8.837	130	8.967	19.132	174	19.306	18.718	350	19.068
Outros Dispêndios e Despesas Operacionais (Nota 20)	(6.901)	(546)	(7.447)	(11.894)	(809)	(12.703)	(10.543)	(424)	(10.967)
<b>RESULTADO OPERACIONAL</b>	<b>6.806</b>	<b>862</b>	<b>7.668</b>	<b>14.843</b>	<b>1.903</b>	<b>16.746</b>	<b>9.231</b>	<b>2.066</b>	<b>11.297</b>
<b>RESULTADO NÃO OPERACIONAL</b>	<b>(84)</b>	<b>(16)</b>	<b>(100)</b>	<b>(126)</b>	<b>(14)</b>	<b>(140)</b>	<b>(54)</b>	<b>(8)</b>	<b>(62)</b>
<b>RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO SOBRE O LUCRO</b>	<b>6.722</b>	<b>846</b>	<b>7.568</b>	<b>14.717</b>	<b>1.889</b>	<b>16.606</b>	<b>9.177</b>	<b>2.058</b>	<b>11.235</b>
<b>IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL</b>	-	<b>295</b>	<b>295</b>	-	-	-	-	-	-
Provisão para Imposto de Renda	-	170	170	-	-	-	-	-	-
Provisão para Contribuição Social	-	125	125	-	-	-	-	-	-
<b>RESULTADO ANTES DAS PARTICIPAÇÕES SOCIETÁRIAS</b>	<b>6.722</b>	<b>1.141</b>	<b>7.863</b>	<b>14.717</b>	<b>1.889</b>	<b>16.606</b>	<b>9.177</b>	<b>2.058</b>	<b>11.235</b>
<b>RESULTADO DE PARTICIPAÇÕES SOCIETÁRIAS</b>	-	-	-	<b>1.889</b>	<b>(1.889)</b>	-	<b>2.058</b>	<b>(2.058)</b>	-
<b>RESULTADO DO EXERCÍCIO ANTES DAS DESTINAÇÕES</b>	<b>6.722</b>	<b>1.141</b>	<b>7.863</b>	<b>16.606</b>	-	<b>16.606</b>	<b>11.235</b>	-	<b>11.235</b>
<b>DESTINAÇÕES</b>	-	-	-	<b>(10.835)</b>	-	<b>(10.835)</b>	<b>(7.957)</b>	-	<b>(7.957)</b>
Juros sobre o Capital Próprio	-	-	-	(4.034)	-	(4.034)	(3.415)	-	(3.415)
Fates - Estatutário	-	-	-	(577)	-	(577)	(328)	-	(328)
Reserva Legal - Estatutária	-	-	-	(5.194)	-	(5.194)	(2.950)	-	(2.950)
Reserva Legal - Recuperação de Prejuízo	-	-	-	(1.030)	-	(1.030)	(1.264)	-	(1.264)
<b>SOBRAS A DISPOSIÇÃO DA AGO</b>	-	-	-	<b>5.771</b>	-	<b>5.771</b>	<b>3.278</b>	-	<b>3.278</b>

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras

**DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO**  
(Em milhares de Reais)

**Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento de Campo Grande e Região - Sicredi Campo Grande MS**  
CNPJ/MF nº 03.042.597/0001-25

	Capital Social	Reserva Legal	Sobras ou Perdas Acumuladas	Total
<b>Saldos no início do período em 01/01/2016</b>	<b>37.228</b>	<b>18.457</b>	-	<b>55.685</b>
Capital de associados	-	-	-	-
Aumento de capital	4.291	-	-	4.291
Baixas de capital	(2.402)	-	-	(2.402)
Resultado do período	-	-	11.235	11.235
Destinações	-	-	-	-
Destinação FATES - Estatutário	-	-	(328)	(328)
Reserva Legal - Estatutária	-	2.950	(2.950)	-
Juros sobre o Capital Próprio	3.320	-	(3.415)	(95)
Reserva Legal - Recuperação de Prejuízo	-	1.264	(1.264)	-
<b>Saldos no fim do período em 31/12/2016</b>	<b>42.437</b>	<b>22.671</b>	<b>3.278</b>	<b>68.386</b>
<b>Mutações do Período</b>	<b>5.209</b>	<b>4.214</b>	<b>3.278</b>	<b>12.701</b>
<b>Saldos no início do período em 01/01/2017</b>	<b>42.437</b>	<b>22.671</b>	<b>3.278</b>	<b>68.386</b>
Destinação resultado exercício anterior	-	-	-	-
Distribuição de sobras para associados	1.623	-	(1.623)	-
Destinações para reservas	-	1.639	(1.639)	-
Outras destinações	-	-	(16)	(16)
Capital de associados	-	-	-	-
Aumento de capital	5.595	-	-	5.595
Baixas de capital	(3.041)	-	-	(3.041)
Resultado do período	-	-	16.606	16.606
Destinações	-	-	-	-
Destinação FATES - Estatutário	-	-	(577)	(577)
Reserva Legal - Estatutária	-	5.194	(5.194)	-
Juros sobre o Capital Próprio	3.921	-	(4.034)	(113)
Reserva Legal - Recuperação de Prejuízo	-	1.030	(1.030)	-
<b>Saldos no fim do período em 31/12/2017</b>	<b>50.535</b>	<b>30.534</b>	<b>5.771</b>	<b>86.840</b>
<b>Mutações do Período</b>	<b>8.098</b>	<b>7.863</b>	<b>2.493</b>	<b>18.454</b>
<b>Saldos no início do período em 01/07/2017 (Não auditado)</b>	<b>44.714</b>	<b>24.310</b>	<b>8.743</b>	<b>77.767</b>
Capital de associados	-	-	-	-
Aumento de capital	2.939	-	-	2.939
Baixas de capital	(1.039)	-	-	(1.039)
Resultado do período	-	-	7.863	7.863
Destinações	-	-	-	-
Destinação FATES - Estatutário	-	-	(577)	(577)
Reserva Legal - Estatutária	-	5.194	(5.194)	-
Juros sobre o Capital Próprio	3.921	-	(4.034)	(113)
Reserva Legal - Recuperação de Prejuízo	-	1.030	(1.030)	-
<b>Saldos no fim do período em 31/12/2017</b>	<b>50.535</b>	<b>30.534</b>	<b>5.771</b>	<b>86.840</b>
<b>Mutações do Período</b>	<b>5.821</b>	<b>6.224</b>	<b>(2.972)</b>	<b>9.073</b>

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras

**DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA**  
(Em milhares de Reais)

**Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento de Campo Grande e Região - Sicredi Campo Grande MS**  
**CNPJ/MF nº 03.042.597/0001-25**

	01/07/2017 a 31/12/2017 (Não Auditado)	01/01/2017 a 31/12/2017	01/01/2016 a 31/12/2016
<b>RESULTADO DO SEMESTRE/EXERCÍCIO</b>	<b>10.754</b>	<b>23.425</b>	<b>11.068</b>
Resultado do semestre/exercício	7.863	16.606	11.235
<b>AJUSTES AO RESULTADO DO SEMESTRE/EXERCÍCIO</b>	<b>2.891</b>	<b>6.819</b>	<b>(167)</b>
(Reversão) Provisão para operações de crédito	2.255	5.378	(855)
(Reversão) para desvalorização de outros valores e bens	-	-	(8)
(Reversão) Provisão para desvalorização de outros créditos	57	115	(97)
Depreciação do imobilizado de uso	503	914	581
Amortização do intangível	304	611	366
Baixas do ativo permanente	174	309	26
(Reversão) Provisão para passivos contingentes	245	(35)	25
Destinações ao FATES	(577)	(577)	(328)
Dividendos SicrediPar	(70)	104	123
<b>VARIAÇÃO DE ATIVOS E PASSIVOS</b>	<b>13.038</b>	<b>38.273</b>	<b>31.839</b>
(Aumento) em aplicações interfinanceiras de liquidez	(9.465)	(9.578)	(11)
Redução em relações interfinanceiras ativas	4.637	-	2
(Aumento) Redução em créditos vinculados	63	181	(150)
Redução em relações com correspondentes	362	217	254
(Aumento) em operações de crédito	(49.770)	(73.598)	(48.453)
Aumento em relações interfinanceiras passivas	30.342	56.158	27.535
(Aumento) em outros créditos	(3.425)	(5.531)	(3.152)
(Aumento) em outros valores e bens	(362)	(602)	(455)
Aumento em depósitos	32.946	65.647	49.305
Aumento (Redução) em relações interdependências passivas	632	537	(507)
Absorção de dispêndios pelo FATES	(140)	(327)	(17)
Aumento em outras obrigações	7.218	5.169	7.488
<b>ATIVIDADES OPERACIONAIS - Caixa Líquido Proveniente/(Aplicado)</b>	<b>23.792</b>	<b>61.698</b>	<b>42.907</b>
Aquisição de Investimentos	(374)	(408)	-
Aquisição de Imobilizado de Uso	(2.759)	(6.385)	(2.086)
Aplicações no Intangível	(476)	(818)	(694)
<b>ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS - Caixa Líquido Proveniente/(Aplicado)</b>	<b>(3.609)</b>	<b>(7.611)</b>	<b>(2.780)</b>
Integralização de capital	2.939	5.595	4.291
Baixa de capital	(1.039)	(3.041)	(2.402)
Juros ao capital próprio	(113)	(113)	(95)
Distribuição de Sobras	-	(16)	-
<b>ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS - Caixa Líquido Proveniente/(Aplicado)</b>	<b>1.787</b>	<b>2.425</b>	<b>1.794</b>
<b>AUMENTO/DIMINUIÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA</b>	<b>21.970</b>	<b>56.512</b>	<b>41.921</b>
Caixa e equivalente de caixa no início do período	187.000	152.458	110.537
Caixa e equivalente de caixa no fim do período (NOTA 04)	208.970	208.970	152.458

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras



**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 2016**  
(EM MILHARES DE REAIS)

**NOTA 01 – CONTEXTO OPERACIONAL**

A Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento de Campo Grande e Região - Sicredi Campo Grande MS ("Cooperativa"), é uma instituição financeira cooperativa, filiada à Cooperativa Central de Crédito, Poupança e Investimento de Mato Grosso do Sul, Goiás, Distrito Federal e Tocantins - Central Sicredi Brasil Central e integrante do Sistema Cooperativo Sicredi ("Sicredi"). Instituição financeira não bancária, autorizada a funcionar pelo Banco Central do Brasil, que iniciou as atividades em 29/10/1998 e tem por objetivos principais:

- i) Desenvolver programas de poupança, de uso adequado do crédito e de prestação de serviços, praticando todas as operações ativas, passivas e acessórias próprias de cooperativas de crédito;
- ii) Prestar, através da mutualidade, a assistência financeira aos associados em suas atividades específicas;
- iii) Atuar na formação educacional de seus associados, no sentido de fomentar o cooperativismo.

A execução das atividades obedece ao disposto na legislação pertinente, assim como aos atos regulamentares oficiais, ao estatuto social, e às normas internas do Sicredi.

O Sicredi, em 31 de dezembro de 2017, está organizado por 116 Cooperativas de Crédito filiadas, que operam com uma rede de atendimento com mais de 1.575 pontos. A estrutura conta ainda com cinco Centrais Regionais – acionistas da Sicredi Participações S.A. ("SicrediPar") – a Confederação Interestadual das Cooperativas Ligadas ao Sicredi ("Confederação Sicredi"), uma Fundação juntamente com o Banco Cooperativo Sicredi S.A ("Banco").

A Cooperativa e parte integrante do Fundo Garantidor do Cooperativismo de Crédito (FGCoop) desde março de 2014, associação civil sem fins lucrativos, com personalidade jurídica de direito privado de abrangência nacional, conforme anexo I à resolução CMN nº 4.284, de 5 de novembro de 2013.

O FGCoop tem por objeto prestar garantia de créditos nos casos de decretação de intervenção ou de liquidação extrajudicial de instituição associada, até o limite de R\$ 250 mil reais por associado (CPF/CNPJ), bem como contratar operações de assistência, de suporte financeiro e de liquidez com essas instituições.

A Cooperativa também é parte integrante da Sicredi Fundos Garantidores, empresa sem fins lucrativos cuja formação de reservas advém de contribuições mensais e extraordinárias de cooperativas associadas ao fundo o qual tem por objeto assegurar a credibilidade e a solvabilidade das suas associadas. Conforme regras estabelecidas nos Regulamentos dos Fundos Garantidores, as contribuições mensais são apuradas pelo somatório de duas parcelas: parcela fixa, relacionada ao objetivo de cada Fundo; e parcela variável, relativa ao risco imputado ao Sistema (considera níveis de liquidez, de margem de capital e de utilização de dispositivos de segurança).

**NOTA 02 – APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, observando as diretrizes contábeis emanadas pela Lei nº 6.404/76, alterações introduzidas pelas Leis nº 11.638/07 e nº 11.041/09 e em consonância com as diretrizes estabelecidas pelo Bacen e CMN, consubstanciadas no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional - COSIF e os novos pronunciamentos, orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, aprovados pelo Bacen (CPC 01, 03, 05, 10, 23, 24 e 25), especificamente aquelas aplicáveis a entidades cooperativas e a Lei do Cooperativismo nº 5.764 de 16 de dezembro de 1971 e Lei Complementar 130 de 17 de abril de 2009.

Na Demonstração de Sobras ou Perdas, os valores referentes aos descontos concedidos de crédito, antes apresentados em Outros Dispêndios e Despesas Administrativas, foram transferidos de conta contábil, a qual passa a ser apresentada em Outros Dispêndios e Despesas Operacionais devido a adequação da conta Cosif utilizada; os valores referentes as provisões e reversões das Coobrigações antes alocados em Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa passam a ser apresentados em Outros Dispêndios e Despesas Operacionais, atendendo a carta circular nº 3.782 emitida pelo Banco Central. Também os valores referentes ao Rateio da Confederação antes apresentados integralmente em Outros Dispêndios e Despesas Operacionais, foram segregados e parte dos valores passam a ser apresentados em Outros Dispêndios e Despesas Administrativas, para melhor apresentação da alocação dos gastos.

Os valores reapresentados estão demonstrados no quadro abaixo:

	2016 Original	Valor do ajuste	2016 Reapresentado
<b>DEMONSTRAÇÃO DE SOBRAS OU PERDAS</b>			
<b>DISPÊNDIOS E DESPESAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA</b>	<b>(34.409)</b>	<b>93</b>	<b>(34.316)</b>
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	<b>(13.807)</b>	<b>93</b>	<b>(13.714)</b>
<b>OUTROS INGRESSOS E RECEITAS/DISPÊNDIOS E DESPESAS OPERACIONAIS</b>	<b>(7.128)</b>	<b>(93)</b>	<b>(7.221)</b>
Outros Dispêndios e Despesas Administrativas	<b>(12.897)</b>	<b>162</b>	<b>(12.735)</b>
Outros Dispêndios e Despesas Operacionais	<b>(10.712)</b>	<b>(255)</b>	<b>(10.967)</b>

A autorização para a conclusão destas demonstrações financeiras foi concedida pela Diretoria em 22 de fevereiro de 2018.

As principais práticas contábeis adotadas para a elaboração das demonstrações financeiras foram:

**a) Apuração do resultado**

Os ingressos e os dispêndios, assim como as receitas e as despesas, são registrados mensalmente de acordo com o regime de competência, que estabelece que os ingressos e os dispêndios e as receitas e despesas devem ser incluídas na apuração dos resultados dos períodos em que ocorrerem, sempre simultaneamente quando se correlacionarem, independentemente de recebimento ou pagamento, alocados de forma proporcional de acordo com os montantes do ingresso bruto de ato cooperativo e da receita bruta de ato não-cooperativo, quando não identificados com cada atividade.

De acordo com a Lei nº 5.764/71, o resultado é segregado e apresentado em atos cooperativos, aqueles praticados entre as cooperativas e seus associados ou pelas cooperativas entre si, para a consecução de seus objetivos estatutários, e atos não cooperativos, aqueles que importam em operações com terceiros não associados.

**b) Caixa e equivalentes de caixa**

Caixa e equivalentes de caixa são representados por disponibilidades em moeda nacional e relações interfinanceiras – centralização financeira, cujo vencimento das operações na data da efetiva aplicação seja igual ou inferior a 90 dias e apresentam risco insignificante de mudança de valor justo.

**c) Aplicações interfinanceiras de liquidez**

Representam operações a preços fixos referentes às compras de títulos com compromisso de revenda e aplicações em depósitos interfinanceiros e estão demonstradas pelo valor de resgate, líquidas dos rendimentos a apropriar correspondentes a períodos futuros.

**d) Relações interfinanceiras – Centralização financeira**

Os recursos captados pela Cooperativa não investidos em suas atividades são centralizados através de repasses interfinanceiros para a Cooperativa Central, os quais são por ela utilizados para aplicações financeiras. Essas operações são caracterizadas como atos cooperativos, pela Lei nº 5.764/71 que define a política nacional do cooperativismo.

**e) Operações de crédito**

Estão demonstradas ao custo acrescido dos rendimentos auferidos. As operações de crédito estão classificadas de acordo com análise da Administração quanto ao nível de risco, considerando a conjuntura econômica e os riscos específicos em relação às operações, aos devedores e aos garantidores, observando os parâmetros estabelecidos nas Resoluções nº 2.682/99 e nº 2.697/00 do CMN.

A atualização ("accrual") das operações de crédito vencidas em até 60 dias é contabilizada em receitas de operações de crédito, e a partir do 61º dia, em rendas a apropriar. As operações classificadas como nível "H" permanecem nessa classificação por seis meses, quando então são baixadas contra a provisão existente e controladas, por cinco anos, em contas de compensação, não mais figurando no balanço patrimonial.

**f) Provisão para operações de crédito**

A provisão para perdas com operações de crédito é fundamentada na análise das operações e leva em consideração a conjuntura econômica, a experiência passada, os riscos específicos e globais das carteiras, considerando os critérios de provisionamento, definidos nas Resoluções nº 2.682/99 e nº 2.697/00 do CMN, associados às avaliações procedidas pela Administração, na determinação dos riscos de crédito.

**g) Demais ativos circulantes e realizáveis a longo prazo (não circulantes)**

Demonstrados pelo custo de aquisição, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias pro-rata dia incorridos e as variações cambiais, deduzidos das correspondentes provisões para perdas ou ajuste ao valor de mercado e rendas a apropriar.

**h) Investimentos**

Estão demonstrados ao custo de aquisição, ajustados por provisão para perdas quando aplicável.

**i) Imobilizado de uso**

Corresponde aos direitos que tenham por objeto bens corpóreos destinados à manutenção das atividades ou exercidos com essa finalidade. Está demonstrado ao custo de aquisição. A depreciação do imobilizado de uso é computada pelo método linear, com base nas taxas anuais mencionadas na Nota "Imobilizado de Uso e Intangível", que levam em consideração a vida útil-econômica dos bens.

**j) Intangível**

Corresponde a direitos adquiridos que têm por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção do Sistema ou exercidos com essa finalidade. Está demonstrado aos valores de custo e contempla gastos na aquisição e desenvolvimento de logiciais, ajustado por amortizações acumuladas, calculadas a partir do momento em que começam a serem usufruídos os benefícios respectivos, com base em taxas anuais que levam em consideração a vida útil-econômica dos bens, conforme mencionado na Nota "Imobilizado de Uso e Intangível".

#### k) Redução ao valor recuperável de ativos

Os ativos são revistos anualmente para se identificar evidências de perdas não recuperáveis, ou ainda, sempre que eventos ou alterações nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Quando este for o caso, o valor recuperável é calculado para verificar se há perda. Quando houver perda, ela é reconhecida pelo montante em que o valor contábil do ativo ultrapassa seu valor recuperável, que é o maior entre o preço líquido de venda e o valor em uso de um ativo.

#### l) Depósitos a prazo

Estão demonstrados pelo seu valor de resgate, líquidos das despesas financeiras a decorrer.

#### m) Demais passivos circulantes e exigíveis a longo prazo (não circulantes)

Demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, incluindo, quando aplicável, os encargos e as variações monetárias em base pro-rata dia incorridos, deduzidos das correspondentes despesas a apropriar.

#### n) Impostos e contribuições

As provisões para Imposto de Renda, Contribuição Social, Programa de Integração Social - PIS e Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS foram calculadas às alíquotas vigentes, considerando, para as respectivas bases de cálculo, a legislação pertinente a cada tributo.

As cooperativas estão sujeitas à tributação pelo Imposto de Renda e Contribuição Social quando auferirem resultados positivos em atos não cooperativos. Nesses casos, a provisão é constituída com base nas alíquotas vigentes, considerando as adições e exclusões e a compensação de prejuízos fiscais e de base negativa de CSLL, limitados a 30% do lucro tributável.

#### o) Ativos e Passivos contingentes

As práticas contábeis para registro, mensuração e divulgação de ativos e passivos contingentes estão consubstanciadas na Resolução nº 3.535/08 do CMN, a saber:

- Ativos contingentes são reconhecidos somente quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, transitadas em julgado. Os ativos contingentes com êxitos prováveis são apenas divulgados em nota explicativa;
- Passivos contingentes são provisionados quando as perdas forem avaliadas como prováveis e os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes avaliados como de perdas possíveis são divulgados, e aqueles classificados como de perdas remotas não são provisionados e/ou divulgados;
- As obrigações legais são registradas como exigíveis, independentemente da avaliação sobre as probabilidades de êxito.

#### p) Estimativas contábeis

As estimativas contábeis são determinadas pela Administração, considerando fatores e premissas estabelecidos com base em julgamento, que são revisados a cada semestre. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem as provisões para ajuste dos ativos ao valor provável de realização ou recuperação, as provisões para perdas, as provisões para contingências, marcação a mercado de instrumentos financeiros, entre outros. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores divergentes em razão de imprecisões inerentes ao processo de sua determinação.

#### NOTA 04 – CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Na elaboração dos Fluxos de Caixa, foram considerados como caixa e equivalentes de caixa os seguintes montantes:

	2017	2016
Disponibilidades	6.915	8.125
Relações Interfinanceiras - Centralização financeira em Cooperativa Central	202.055	144.333
Total	208.970	152.458

A Centralização financeira é composta pela transferência das sobras de caixa das Cooperativas filiadas, sem prazo de resgate, e remunerados de acordo com as taxas praticadas no mercado, que na média de 2017 equivale a 101 % do CDI.

#### NOTA 05 - APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ

	2017	2016
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	9.204	-
Depósitos Interfinanceiros em Ligadas	9.204	-
Total circulante	9.204	-

Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	451	77
CDI Banco Cooperativo Sicredi S.A.	451	77
Total realizável a longo prazo	451	77

**NOTA 06 – OPERAÇÕES DE CRÉDITO**

A carteira de créditos está assim composta e classificada:

**a) Composição da carteira de créditos por tipo de operação**

Operações de crédito	2017			2016
	Circulante	Não Circulante	Total	Total
Empréstimos e títulos descontados	101.019	35.884	136.903	115.015
Financiamentos	1.930	1.778	3.708	3.689
Financiamentos rurais e agroindustriais	105.619	28.548	134.167	82.477
Carteira total	208.568	66.210	274.778	201.181

Estão inclusos na base de cálculo da provisão para operações de crédito valores relativos a outros créditos, assim compostos:

Outros créditos	2017			2016
	Circulante	Não Circulante	Total	Total
Avais e Fianças Honrados	12	-	12	29
Títulos e créditos a receber (i)	14.349	1	14.350	8.352
Total	14.361	1	14.362	8.381

(i) A rubrica refere-se a valores a receber de transações de cartões de crédito.

**b) Composição da carteira de créditos por níveis de risco**

Níveis de Risco	%	Carteira		Provisão para Operações de Crédito	
		2017	2016	2017	2016
Nível A	0,50	101.611	90.856	508	454
Nível B	1,00	123.009	69.507	1.249	695
Nível C	3,00	27.657	17.701	830	531
Nível D	10,00	10.819	11.126	1.082	1.112
Nível E	30,00	6.743	5.312	2.023	1.593
Nível F	50,00	3.346	3.545	1.673	1.773
Nível G	70,00	1.235	720	865	504
Nível H	100,00	14.720	10.795	14.720	10.795
Total (i)		289.140	209.562	22.950	17.457

**c) Composição da carteira de créditos segregada por tipo de cliente, atividade econômica e faixas de vencimento**

Setor	2017				Total da Carteira	2016
	Vencidas a partir de 15 dias	A vencer				
		Até 90 dias	De 91 a 365 dias	Acima de 365 dias		
Pessoas Físicas	4.966	31.480	43.628	22.435	102.509	83.124
Rural	429	16.223	88.967	28.548	134.167	82.477
Industrial	32	633	545	114	1.324	1.068
Comércio	654	10.487	5.956	6.845	23.942	20.386
Outros Serviços	1.334	7.464	10.131	8.269	27.198	22.507
Total	7.415	66.287	149.227	66.211	289.140	209.562

**d) Concentração das operações de crédito**

	2017	%	2016	%
10 maiores devedores	25.248	8,73	19.860	9,48
50 devedores seguintes	54.710	18,92	48.647	23,21
100 devedores seguintes	54.625	18,89	43.296	20,66
Demais	154.557	53,45	97.759	46,65
Total	289.140	100	209.562	100

**e) Movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa e outros créditos**

	2017	2016 (Reapresentado)
Saldo inicial	17.457	18.409
Constituição de provisão	9.962	13.714
Movimentação de baixados para prejuízo	(4.469)	(14.666)
Saldo final	22.950	17.457

No exercício findo em 31 de dezembro de 2017 as recuperações de operações de crédito anteriormente baixadas como prejuízo, no montante de R\$ 2.403 (2016 - R\$ 3.064), foram registradas como "Ingressos e Receitas de Intermediação Financeira".

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2017, foram realizadas renegociações de operações de crédito no montante de R\$ 15.266 (2016 - R\$ 8.785).

**NOTA 07 – OUTROS CRÉDITOS – DIVERSOS**

Os créditos diversos, classificados no grupo de outros créditos do ativo, estão assim compostos:

	2017	2016
Adiantamentos e antecipações salariais	112	71
Adiantamentos para pagamentos de nossa conta (i)	1.984	1.875
Devedores por depósitos em garantia	45	54
Impostos e contribuições a compensar	331	264
Títulos e créditos a receber	14.349	8.351
Valores honrados	-	45
Operações com cartões	52	27
Pendências a regularizar	243	69
Outros	148	937
<b>Total Circulante</b>	<b>17.264</b>	<b>11.693</b>

Adiantamentos para pagamentos de nossa conta	71	187
Títulos e créditos a receber	1	1
<b>Total realizável a longo prazo</b>	<b>72</b>	<b>188</b>

(i) Refere-se à antecipação de valores para a Confederação Sicredi, a qual está elaborando investimentos em estruturas e plataformas de tecnologia, através de aquisição de bens (móveis, equipamentos, softwares, instalações, etc.) e de gastos com projetos específicos (aplicativos, produtos, etc.). Após sua conclusão os mesmos serão repassados para as Cooperativas.

**NOTA 08 – OUTROS VALORES E BENS**

	2017	2016
Bens não de uso próprio	1.422	810
Imóveis	873	624
Veículos e afins	241	178
Bens em regime especial	308	8
Material em estoque	1	1
Despesas antecipadas	53	56
Provisão (Redução do valor recuperável - Bens não de uso)	(8)	(8)
<b>Total Circulante</b>	<b>1.468</b>	<b>859</b>

Despesas antecipadas	12	19
<b>Total realizável a longo prazo</b>	<b>12</b>	<b>19</b>

Conforme determinações previstas no CPC 01, foi constituída provisão no montante de R\$ 8 (2016 - R\$ 8) de forma a assegurar que os ativos não estejam registrados por um valor superior àquele passível de ser recuperado por uso ou por venda.

**NOTA 09 – INVESTIMENTOS**

Registrados ao custo de aquisição	2017	2016
Cooperativa Central Sicredi Brasil Central	4.017	3.609
Sicredi Participações S.A.	3.841	3.841
Outras Participações e Investimentos	3	3
Sicredi Fundos Garantidores	3	3
<b>Total</b>	<b>7.861</b>	<b>7.453</b>

(i) Apresentamos abaixo as informações dos investimentos referentes ao número de ações/quotas, percentuais de participações e movimentações patrimoniais:

	Sicredi Participações S.A.		Sicredi Fundos Garantidores		Cooperativa Central	
	2017	2016	2017	2016	2017	2016
Número de ações/quotas possuídas	1.245.322 ON	1.245.322 ON	3	3	4.016.675	3.608.463
	2.595.879 PN	2.595.879 PN	Quotas	Quotas	Quotas	Quotas
Percentual de participação	0,44%	0,44%	1,83%	1,90%	10,16%	10,86%
Capital social	874.847	869.279	164	165	39.522	33.215
Patrimônio líquido	893.040	911.739	240.569	204.709	41.926	35.663
Lucro líquido do exercício	16.863	41.442	35.861	10.965	135	308
Valor do investimento	3.841	3.841	3	3	4.017	3.609

**NOTA 10 – IMOBILIZADO DE USO E INTANGÍVEL**

	Taxas anuais de depreciação %	2017			2016
		Custo corrigido	Depreciação/ Amortização acumulada	Líquido	Líquido
Imobilizado de Uso	-	12.559	(2.882)	9.677	4.514
Imobilizações em curso	-	2.291	-	2.291	284
Edificações	4%	3	(1)	2	3
Instalações	10%	5.005	(814)	4.191	2.313
Móveis e equipamentos de uso	10%	1.960	(838)	1.122	948
Sistema de comunicação	10%	314	(84)	230	159
Sistema de processamento de dados	20%	2.318	(886)	1.432	694
Sistema de segurança	10%	151	(69)	82	66
Sistema de transporte	20%	517	(190)	327	47
Intangível (i)		4.967	(2.346)	2.621	2.414
Investimentos Confederação		4.967	(2.346)	2.621	2.414
<b>Total</b>		<b>17.526</b>	<b>(5.228)</b>	<b>12.298</b>	<b>6.928</b>

(i) Valores reclassificados de "Adiantamentos para pagamentos de nossa conta" para "Outros Ativos Intangíveis", no sub grupo Intangível, referente aos investimentos em tecnologia para desenvolvimento de softwares que já estão em uso pela Cooperativa, bem como investimentos para aquisições de imobilizado na Confederação, sendo amortizado com base nos benefícios econômicos futuros incorporados aos ativos quando consumidos pela entidade, por meio do seu uso.

**NOTA 11 – DEPÓSITOS**

Apresentamos, a seguir, os depósitos por faixa de vencimento:

Depósitos	2017				2016
	Sem vencimento e até 3 meses	De 3 a 12 meses	Acima de 12 meses	Total	Total
Depósitos à vista	75.947	-	-	75.947	52.781
Depósitos a prazo	650	2.860	195.336	198.846	156.366
<b>Total</b>	<b>76.597</b>	<b>2.860</b>	<b>195.336</b>	<b>274.793</b>	<b>209.147</b>

**NOTA 12 – OBRIGAÇÕES POR REPASSES INTERFINANCEIROS**

As obrigações por repasses interfinanceiros são apresentadas a seguir:

	2017	2016
Recursos do Crédito Rural	98.568	59.744
Banco Cooperativo Sicredi S.A.	98.568	59.744
Outros Recursos	9	22
Banco Cooperativo Sicredi S.A.	9	22
<b>Total circulante</b>	<b>98.577</b>	<b>59.766</b>
Recursos do Crédito Rural	22.119	4.779
Banco Cooperativo Sicredi S.A.	22.119	4.779
Outros Recursos	-	9
Banco Cooperativo Sicredi S.A.	-	9
<b>Total exigível a longo prazo</b>	<b>22.119</b>	<b>4.788</b>

As obrigações por repasses interfinanceiros operam com uma taxa de até 9,5% a.a. com vencimentos até 16/12/2019, e os recursos são repassados pelo Banco Cooperativo Sicredi S.A.

**NOTA 13 – OUTRAS OBRIGAÇÕES - DIVERSAS**

As obrigações diversas, classificadas no passivo no grupo de outras obrigações estão assim compostas:

	2017	2016
Cheques administrativos	1.280	4.033
Obrigações por convênios oficiais	4	27
Provisão para pagamentos a efetuar	4.419	3.446
Provisão para passivos contingentes (Nota 14)	365	400
Provisão para garantias financeiras prestadas (i)	970	676
Pendências a regularizar	86	63
Operações com cartões	14.313	8.248
Demais fornecedores	1.155	1.096
Credores diversos	2.085	2.218
Total circulante	24.677	20.207

(i) Refere-se a coobrigações assumidas pelas Cooperativas na realização de operações de seus cooperados junto ao Banco.

**NOTA 14 – PASSIVOS CONTINGENTES**

A Cooperativa possui passivos contingentes em andamento, sendo que os valores estimados e suas respectivas movimentações e provisões estão demonstrados no quadro a seguir, conforme a natureza dos passivos.

Natureza	Saldo Inicial do Período 01/01/2017	Aumento Provisão	Baixa/Reversão de Provisão	Saldo Final do Período 31/12/2017
Trabalhista	309	10	(304)	15
Cível	91	316	(57)	350
Total	400	326	(361)	365

Natureza	Probabilidade de perda	2017	2016
Trabalhista	Provável	15	309
Cível	Provável	350	91
Total		365	400

Em 31 de dezembro de 2017, a Cooperativa possuía também processos de natureza Trabalhista e Cível, cuja probabilidade de perda é possível no montante estimado de R\$ 1.190; R\$ 57 (2016 - R\$ 0 e R\$ 274), respectivamente.

**NOTA 15 – PATRIMÔNIO LÍQUIDO****a) Capital Social**

O capital social é dividido em quotas-partes de valor unitário equivalente a R\$ 1,00 (um real), sendo que cada associado tem direito a um voto, independente do número de suas quotas-partes, e está assim composto:

	2017	2016
Capital Social	50.535	42.437
Total de associados	31.912	25.797

Em 31 de dezembro de 2017, a cooperativa aumentou seu capital social no montante de R\$ 8.098 (2016 – R\$ 5.209), sendo R\$ 5.544 (2016 – R\$ 3.320) via integralização de resultados e R\$ 5.595 (2016 – R\$ 4.291), via integralização de quotas-partes. No mesmo período houve baixas de capital, através do resgate de quotas-partes, no montante de R\$ 3.041 (2016 – R\$ 2.402).

**b) Juros ao Capital**

A Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento de Campo Grande e Região - Sicredi Campo Grande MS, efetuou o pagamento dos juros ao capital no percentual de 9% em Conta Capital, no montante de R\$ 4.034, calculados em conformidade com a Lei Complementar 130/2009, observando-se o limite da taxa SELIC

**c) Destinações**

A Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento de Campo Grande e Região - Sicredi Campo Grande MS, destinou seus resultados conforme o estatuto social, dos valores destinados 45% foram para a Reserva Legal e 5% para o FATES.

**NOTA 16 – IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL**

As cooperativas estão sujeitas à tributação pelo Imposto de Renda e Contribuição Social quando auferirem resultados positivos em atos não cooperativos, conforme demonstrado abaixo:

	2017	2016
Resultado após a participação nos lucros e antes da tributação sobre o lucro e dos juros sobre capital próprio	16.606	11.235
IRPJ e CSLL pelas alíquotas fiscais	(6.975)	(4.719)
Exclusões / (Adições):		
Provisão resgate de milhas cartão	57	(4)
Provisão PPR	37	28
Receita com atos cooperativos	6.181	3.854
Juros sobre capital próprio	1.695	1.434
Outros	(995)	(593)
Subtotal	6.975	4.719
IRPJ e CSLL registrados no resultado	-	-

**NOTA 17 – TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS****a) Instituições relacionadas**

A entidade efetua transações com instituições relacionadas, abaixo apresentamos as principais operações realizadas:

	2017	2016
<b>Ativo</b>		
Aplicações interfinanceiras de liquidez (Nota 05)	9.655	77
Relações interfinanceiras – Centralização financeira (Nota 04)	202.055	144.333
Outros Créditos - Rendas a receber	372	280
Outros Créditos - Diversos (Nota 07)	1.219	1.211
Investimentos (Nota 09)	7.861	7.453
Intangível (Nota 10)	2.621	2.414
<b>Passivo</b>		
Obrigações repasses interfinanceiros (Nota 12)	120.696	64.554
Outras Obrigações - Diversas (Nota 13)	13.987	7.887
<b>Receitas</b>		
Resultado Títulos e Valores Mobiliários	222	276
Ingressos e receitas de Prestação de Serviços	1.506	776
Outros ingressos e receitas operacionais (Nota 19)	17.185	16.991
<b>Despesas</b>		
Operações de Captação no Mercado	-	16
Operações de Empréstimos e Repasses	7.164	3.386
Outros Dispendios e Despesas Administrativas (Nota 18)	897	911
Outros Dispendios e Despesas Operacionais (Nota 20)	7.244	5.368

**b) Transações com administradores**

As transações com partes relacionadas referem-se a saldos de depósitos (à vista e a prazo) e operações de crédito mantidas na instituição por seus administradores (diretores e conselheiros de administração), assim como a remuneração recebida pelas pessoas chave da administração. As operações de crédito e captações de recursos com partes relacionadas foram contratadas em condições semelhantes às praticadas com terceiros, vigentes nas datas das operações.

Abaixo apresentamos as operações realizadas com administradores:

Natureza da operação	2017	% em relação ao total	2016
Depósitos à vista	103	0,14%	214
Depósitos a prazo	1.642	0,83%	928
Operações de crédito	2.714	0,99%	2.464



**c) Benefícios monetários destinados às partes relacionadas - pessoas chave da administração**

Pessoas chave da administração são as que têm autoridade e responsabilidade pelo planejamento, direção e controle das atividades da entidade, direta ou indiretamente, incluindo qualquer administrador (executivo ou outro dessa entidade). Nestes dados estão incluídos todos os benefícios de curto prazo e pós-emprego concedidos pela entidade aos cargos de Presidente, Vice-Presidente, Diretores ou outros que venham a substituir os mesmos.

Benefícios	2017	2016
Pessoas chave da administração	2.175	1.940

**NOTA 18 – OUTROS DISPÊNDIOS E DESPESAS ADMINISTRATIVAS**

	2017	2016 (Reapresentado)
Despesa de água, energia e gás	433	335
Despesa de aluguéis	1.864	1.365
Despesa de comunicação	990	710
Despesa de manutenção e conservação	840	713
Despesa de material	295	214
Despesa processamento dados	365	279
Despesa de promoções e relações públicas	1.552	1.253
Despesa de propaganda e publicidade	213	177
Despesa de seguro	108	85
Despesa de serviços do sistema financeiro	2.461	2.126
Despesa de serviços de terceiros	594	487
Despesa de serviços de vigilância e segurança	894	698
Despesa de serviços de técnicos especializados	824	628
Despesa de serviços de transportes	796	695
Despesa de viagem	130	166
Outras despesas administrativas	3.011	2.804
Total	15.370	12.735

**NOTA 19 – OUTROS INGRESSOS E RECEITAS OPERACIONAIS**

	2017	2016
Recuperação de encargos e despesas	406	696
Ingressos depósitos intercooperativos(i)	17.074	16.829
Reversão de provisões operacionais	1.280	1.203
Outras rendas operacionais	546	340
Total	19.306	19.068

(i) Refere-se à receita com administração financeira, que é resultante da aplicação dos recursos captados, junto à Cooperativa Central.

**NOTA 20 – OUTROS DISPÊNDIOS E DESPESAS OPERACIONAIS**

	2017	2016 (Reapresentado)
Descontos concedidos em renegociação e crédito	1.773	2.449
Contribuição O.C.E.	118	100
Contribuição Sicredi Fundos Garantidores	518	183
Contribuição Confederação Sicredi	4.352	3.133
Cooperativa Central Sicredi Brasil Central	1.084	1.000
Encargos da administração financeira	98	93
Repasse administradora de Cartões	402	382
Depreciação e amortização (Rateio Confederação)	611	370
Outras provisões operacionais	1.486	1.405
Outras despesas operacionais	2.261	1.852
Total	12.703	10.967

**NOTA 21 – COBRIGAÇÕES EM GARANTIAS PRESTADAS**

As garantias prestadas pela Cooperativa sob a forma de aval, fiança ou outras coobrigações estão assim compostas:

	2017	2016
Beneficiários de garantias prestadas (i)	51.131	25.533
Total	51.131	25.533

(i) Nas garantias prestadas estão incluídas as operações com recursos recebidos de instituições financeiras e repassados aos associados via Banco Cooperativo Sicredi S.A., em que a Cooperativa é intermediária e garantidora solidária por força de contrato firmado entre as partes. Os valores são compostos, em sua maioria, pelos programas do Finame e BNDES.

O Sistema Sicredi considera o gerenciamento de riscos prioritário na condução de suas atividades e negócios, adotando práticas em absoluta consonância com os preceitos dos Acordos de Basileia. Dessa maneira, possui áreas especializadas para o gerenciamento destes riscos, centralizadas no Banco Cooperativo Sicredi S.A. Entre os principais riscos gerenciados pela instituição, destacam-se o operacional, o de mercado, o de liquidez, o alocação de capital e o de crédito, cujas estruturas são apresentadas a seguir:

#### I - Risco Operacional

O risco operacional é definido como a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas, ou de eventos externos.

A gestão do risco operacional é realizada de forma conjunta entre o Banco, Centrais e Cooperativas Singulares. Essas entidades tem como responsabilidade o cumprimento dos normativos internos e externos, valendo-se de ferramentas, metodologias e processos estabelecidos sistemicamente. Tais processos são compostos por um conjunto de ações, que visa manter em níveis adequados os riscos a que cada instituição está exposta. São essas:

- Avaliação de riscos e controles;
- Documentação e armazenamento da base de perdas;
- Gestão de continuidade de negócios;
- Alocação de capital para o risco operacional;

#### II - Risco de Mercado

Define-se risco de mercado como a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes da flutuação nos valores de mercado de posições detidas por uma instituição financeira. Incluem-se nessa definição, as operações sujeitas aos riscos de variação cambial, das taxas de juros, dos preços de ações e dos preços de mercadorias (commodities).

O gerenciamento de risco de mercado das entidades do Sistema Sicredi é centralizado no Banco Cooperativo Sicredi, através de uma estrutura unificada compatível com a natureza das operações, a complexidade dos produtos e a dimensão da exposição ao risco do Sistema. A estrutura unificada é responsável pelo estabelecimento dos processos, políticas e sistemas que apoiam as entidades do Sistema na gestão do risco de mercado.

Os processos e políticas para o gerenciamento do risco de mercado são estabelecidos seguindo os critérios mínimos estabelecidos pela regulamentação em vigor, alinhados às melhores práticas de mercado, e aprovadas pelas alçadas competentes de cada entidade do Sistema.

Os processos para o gerenciamento do risco de mercado do Sistema Sicredi incluem:

- Regras claras de classificação da carteira de negociação que garantam o correto tratamento das operações;
- Procedimentos destinados a mensurar, monitorar e manter a exposição ao risco de mercado em níveis considerados aceitáveis pela Instituição;
- Limites operacionais que definam a tolerância ao risco de mercado das Entidades do Sistema em relação ao seu capital;
- Definição das metodologias de risco de mercado a serem aplicadas;
- Sistemas para executar o cálculo e medir os riscos, considerando a complexidade dos produtos e a dimensão da exposição ao risco de mercado das Entidades do Sistema.

#### III - Risco de Liquidez

O entendimento de Risco de Liquidez é essencial para a sustentabilidade das instituições que atuam no mercado financeiro e de capitais e está associado à capacidade da instituição de financiar os compromissos adquiridos a preços de mercado razoáveis e realizar seus planos de negócio com fontes estáveis de financiamento. Para este efeito, define-se risco de liquidez como:

- A possibilidade da instituição não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras, inclusive as decorrentes de vinculação de garantias, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas e;
- A possibilidade da instituição não conseguir negociar a preço de mercado uma posição, devido ao seu tamanho elevado em relação ao volume normalmente transacionado ou em razão de alguma descontinuidade no mercado.

O gerenciamento de risco de liquidez das entidades do Sistema Sicredi é centralizado no Banco Cooperativo Sicredi, através de uma estrutura unificada compatível com a natureza das operações, a complexidade dos produtos e a dimensão da exposição ao risco do Sistema. A estrutura unificada é responsável pelo estabelecimento dos processos, políticas e sistemas que apoiam as entidades do Sistema na gestão do risco de liquidez.

Os processos e políticas para o gerenciamento do risco de liquidez são estabelecidos seguindo os critérios mínimos estabelecidos pela regulamentação em vigor, alinhados às melhores práticas de mercado, e aprovadas pelas alçadas competentes de cada entidade do Sistema.

Os processos para o gerenciamento do risco de liquidez do Sistema Sicredi incluem:

- Definição de processos para identificar, avaliar, monitorar e controlar a exposição ao risco de liquidez em diferentes horizontes de tempo;
- Estabelecimento de limites operacionais para manutenção de níveis adequados e suficientes de liquidez;
- Definição das estratégias de captação que proporcionem diversificação adequada das fontes de recursos e dos prazos de vencimento;
- Definição de plano de contingência de liquidez, regularmente atualizado, que estabeleça responsabilidades e procedimentos para enfrentar situações de estresse de liquidez;
- Realização periódica de testes de estresse com cenários de curto e de longo prazo.

#### IV - Alocação de Capital

Para os efeitos da legislação vigente, define-se o Gerenciamento de Capital como o processo contínuo de:

- Monitoramento e controle do capital mantido pela Instituição;
- Avaliação da necessidade de capital para fazer face aos riscos a que a Instituição está sujeita;
- Planejamento de metas e de necessidade de capital, considerando os objetivos estratégicos da Instituição.

O gerenciamento de capital das entidades do Sistema Sicredi é centralizado no Banco Cooperativo Sicredi, através de uma estrutura unificada compatível com a natureza das operações, a complexidade dos produtos e a dimensão da exposição ao risco do Sistema. A estrutura unificada é responsável pelo estabelecimento dos processos, políticas e sistemas que apoiam as entidades do Sistema na gestão do capital.

Os processos e políticas para o gerenciamento de capital são estabelecidos seguindo os critérios mínimos estabelecidos pela regulamentação em vigor, alinhados às melhores práticas de mercado, e aprovadas pelas alçadas competentes de cada entidade do Sistema.

Os processos para o gerenciamento de capital do Sistema Sicredi incluem:

- Mecanismos que possibilitem a identificação, avaliação e monitoramento dos riscos relevantes incorridos pela instituição, inclusive dos riscos não cobertos pelos requerimentos mínimos legais de capital;
- Metas de capital em níveis acima dos requerimentos mínimo legais e que reflitam o apetite a risco do sistema, visando manter capital para suportar os riscos incorridos e garantir o crescimento dos negócios de forma sustentável e eficiente;
- Plano de Capital para cada entidade do Sistema, consistente com o planejamento estratégico, abrangendo o horizonte mínimo de três anos;
- Testes de estresse e avaliação de seus impactos no capital;
- Relatórios gerenciais periódicos sobre a adequação do capital para a diretoria e para o conselho de administração;

#### V - Risco de Crédito

A gestão do risco de crédito consiste no processo de identificação, mensuração, controle e mitigação dos riscos decorrentes das operações de crédito realizadas pelas instituições financeiras.

No Sicredi, o gerenciamento do Risco de Crédito é realizado por uma estrutura centralizada e pelas áreas e colegiados locais.

O Banco Cooperativo Sicredi responde pelo conjunto de políticas, estratégias e metodologias voltadas ao controle e gerenciamento das exposições ao risco de crédito das empresas que compõem o Sistema, possuindo como principais atribuições: responder pelas políticas corporativas de gestão de risco de crédito; desenvolver e propor metodologias de classificação de risco de crédito, inclusive por meio de modelos quantitativos; aferir e controlar as exigibilidades de capital para cobertura de risco de crédito assumido; e realizar o monitoramento constante das exposições sujeitas ao risco de crédito de todas as empresas do Sicredi.

As áreas e colegiados locais são responsáveis pela execução do gerenciamento de risco de crédito, observando as políticas e limites pré-estabelecidos sistemicamente.

#### VI- Informações Adicionais

A descrição da estrutura completa e do processo de gerenciamento de riscos pode ser acessada por meio do site [www.sicredi.com.br](http://www.sicredi.com.br), no caminho "Conheça o Sicredi \ Relatório \ Gestão de Riscos".

### NOTA 23 – ÍNDICES DE BASILÉIA E DE IMOBILIZAÇÃO

As instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil devem manter, permanentemente, valor de Patrimônio

Limites operacionais	2017	2016
<b>Patrimônio de Referência (PR)</b>	<b>85.025</b>	67.282
<b>Nível I (NI)</b>	<b>85.025</b>	67.282
<b>Capital principal - CP</b>	<b>85.025</b>	67.282
Capital social	50.535	42.437
Reservas de capital	30.534	22.671
Lucros acumulados	5.771	3.278
Ajustes Prudenciais	(1.815)	(1.104)
<b>Ativos Ponderados pelo Risco (RWA)</b>	<b>390.091</b>	259.691
<b>Margem de Capital (i)</b>	<b>34.312</b>	33.522
<b>Índice de Basileia (PR / RWA)</b>	<b>21,80%</b>	25,91%
Situação de Imobilização (Imob)	10.486	5.828
<b>Índice de Imobilização (Imob / PR)</b>	<b>12,33%</b>	8,66%

(i) Margem de Capital consiste no excedente de capital da instituição aos requerimentos mínimos regulamentares e ao adicional de capital principal.

---

**NOTA 24 – SEGUROS CONTRATADOS**

Em 31 de dezembro de 2017, os seguros contratados são considerados suficientes pela administração para cobrir eventuais sinistros relacionados a garantia de valores e bens de propriedade da Cooperativa.

---

Fabio Jose Wolski de Almeida  
Diretor Executivo  
CPF: 518.996.630-53

---

Altair Gonçalves  
Diretor de Operações  
CPF: 614.356.511-20

---

Eduardo Netto Sarubbi  
Contador  
CRC: RS-060899/O-8  
CPF: 694.157.650-20